

Capital Social e Desenvolvimento Sustentável: a experiência de Campo do Brito (SE)

RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar a correlação entre capital social e o desenvolvimento sustentável, a partir da experiência da Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do município de Campo do Brito (SE), conhecida como Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca de Campo do Brito (Coofama), que, através da presença de capital social e com o auxílio do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS/BB), vem iniciando um processo de mudança social na comunidade. Contribuições acadêmicas sobre capital social e desenvolvimento sustentável são analisadas, buscando dar suporte às conclusões decorrentes dos dados empíricos levantados.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento Local. Capital Social. Desenvolvimento Regional Sustentável. Confiança. Cooperação.

Sebastião Correia de Lima Filho

- Graduado em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT);
- Pós-graduado em Direito Processual pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS);
- MBA Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- MBA *Marketing* pela Pontifícia Universidade Católica (PUC);
- Pós-graduado em Competência Pedagógica e Docência do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França – Aracaju (SE);
- Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS);
- Educador da Universidade Corporativa Banco do Brasil e gerente de agência do mesmo Banco.

1 – INTRODUÇÃO

O atual modelo de desenvolvimento econômico, alicerçado em variáveis pouco eficazes para impulsionar um crescimento socialmente mais justo e mais bem distribuído territorialmente, vem estimulando o debate acerca da questão do desenvolvimento sustentável no Brasil. Indicadores econômicos, tais como Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Bruto (PNB) e Produto Nacional Líquido (PNL), principalmente, não são mais suficientes para medir o nível de atividade econômica de um país ou região e, concomitantemente, mensurar seu nível de desenvolvimento. São também insuficientes para informar, compreender e analisar o comportamento da economia no contexto do desenvolvimento sustentável de uma determinada localidade.

Desse modo, busca-se demonstrar, com esta pesquisa, a relação existente entre capital social e desenvolvimento sustentável, analisando-se a experiência da Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca do município de Campo do Brito (Coofama), cuja sede fica localizada no Povoado Gameleira. Busca-se, também, apresentar evidências de que é possível iniciar um processo de mudança numa comunidade a partir da formação de capital social e do auxílio de um instrumento catalisador: o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS).

A força motriz deste modelo de desenvolvimento está na realização coletiva da comunidade através da formação de capital social, tendo como alicerces a cooperação, confiança, ação coletiva, solidariedade, redes de relacionamento, enfim, vontade coletiva de promover mudanças. Como disse Abramovay (1998, p. 2): “Trata-se de um tema estratégico, que envolve muitos projetos políticos, sociais e uma idéia renovada de civilização”. Abramovay (1998) cita o prêmio Nobel de economia, Amartya Sen, que, em seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, discorre sobre duas visões de desenvolvimento antagônicas.

A primeira sustenta que o desenvolvimento é um processo violento, sofrido, envolvido inevitavelmente em “sangue, suor e lágrimas”, onde o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode

levar ao sacrifício imediato do bem-estar, que viria depois, então, sobre bases sólidas. A segunda afirma que desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas, as quais devem acontecer num ambiente que exige o que Sen chama de liberdade positiva, ou seja, aquela que não se restringe apenas a ausência de restrições ao direito abstrato de ir e vir, comprar e vender, amar e ser amado, por exemplo. A liberdade precisa ser pensada e inserida num contexto de condições concretas para seu pleno exercício. Neste sentido, Abramovay (1998, p. 3) afirma: “Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os indivíduos tenham as capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência”.

Esta pesquisa está baseada nessa segunda visão ao apresentar uma experiência comunitária, ainda em processo construtivo, numa localidade pobre do interior do Estado de Sergipe, sem nenhum destaque educacional por parte de seus membros, mas exemplificativa da possibilidade de mobilização e capacidade social que a ação coletiva disponibiliza à comunidade para fazer suas escolhas.

Busca-se, assim, romper com o ciclo vicioso de uma tradição nordestina de exploração política e dependência social em relação à estrutura de poder socioeconômico da localidade. O presente trabalho sugere, neste sentido, a necessidade de se estruturarem e planejarem ações coletivas visando ampliar as oportunidades de escolha da comunidade, bem como se atenderem seus interesses. Disponibiliza-se, dessa forma, uma alternativa de desenvolvimento que pode superar o viés convencional estritamente econômico e de dependência política.

2 – CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

No decorrer da década de 1990, o conceito de capital social recebeu uma atenção especial de expoentes teóricos da área de Ciências Sociais. Segundo Monasterio (2000), aplicaram-se ao capital social alguns epítetos: “Elo perdido das ciências

sociais”, “O conceito fundamental”, “Condensador da fumaça que envolve o debate sobre instituições”, dentre outros de igual teor emocional. O âmbito da definição de capital social varia consideravelmente na literatura, segundo relatório do World Bank (1998), o qual destaca, contudo, a importância de três conceitos adotados na atualidade.

Começa pelo de Putnam (1993), formulado a partir das pesquisas realizadas na Itália entre 1970 e 1989. Putnam (1993 apud WORLD BANK, 1998, p. 1) define capital social como “um conjunto de “associações horizontais” entre pessoas, por meio de redes sociais (no sentido de “redes de engajamento cívico”), relações de confiança, normas associadas, que exercem um efeito sobre a produtividade da comunidade”. Para o autor, este tipo de associação horizontal viabiliza o comportamento comunitário baseado em ações coletivas e cooperativas em prol da consecução de objetivos comuns.

Um segundo conceito de capital social é apresentado por Coleman (1990 apud WORLD BANK, 1998, p. 2): “Uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: primeiro, consiste de alguns aspectos da estrutura social e, segundo, facilita certas ações dos atores, individuais ou corporativos, dentro da própria estrutura”. Esta definição, segundo a visão do World Bank (1998), expande a anterior pelo fato de incluir as associações verticais, caracterizadas por relações hierárquicas e suas inter-relações numa distribuição desigual de poder entre seus membros, e não apenas pelos relacionamentos horizontais entre pessoas e instituições.

Uma terceira definição contempla os ambientes político e social, modeladores da estrutura social, permitindo o estabelecimento de normas que facilitam seu desenvolvimento. Este conceito vai além do nível estritamente local, foco das duas definições anteriores, por incluir as relações formais e estruturas institucionais, como governo, regime político, sistemas judicial e civil, liberdades políticas, Estado de Direito etc. Este enfoque baseia-se em Olson (1982) e North (1990), que têm argumentado que tais instituições exercem um importante efeito sobre a taxa e o padrão de economia e desenvolvimento de uma sociedade.

Seja “culturalista”, visão de Putnam, seja “institucionalista”, visão de Mancur Olson e Douglas North, ou numa visão intermediária, de Coleman, estes três conceitos não devem ser considerados como alternativas opcionais excludentes, mas, sim, como diferentes manifestações da existência de capital social numa sociedade. Associações horizontais e verticais podem e devem habitar o mesmo universo social, cujo objetivo é aumentar a densidade de capital social na comunidade.

Não há pretensão, por parte do autor desta pesquisa, de buscar uma definição consensual e linear de capital social. Muitas são as diferenças entre os objetivos dos pesquisadores e as concepções intelectuais subjacentes na aplicação do seu conceito. Semelhante a outros temas, capital social, conquistou defensores e opositores, mesmo não havendo, ainda, um consenso sobre sua definição. Como afirmam Grootaert et al. (2003, p. 6): “O capital social não é uma entidade única, mas antes, de natureza multidimensional”.

É possível afirmar que só há desenvolvimento na localidade se o crescimento econômico for capaz de promover seu desenvolvimento sustentável. Percebe-se também que a economia, de uma maneira global, baseada nas premissas de crescimento puramente econômico, está sendo incapaz de promover tal desenvolvimento. Aparentemente, a velocidade do crescimento econômico tem sido superior à do desenvolvimento social, provocando um desequilíbrio entre o avanço econômico e o social, principalmente nos países mais pobres.

Como exemplo desse desequilíbrio entre avanço econômico e social, vale citar o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), “O Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unindo o Urbano Dividido” (ONU-HABITAT, 2010), publicado a cada dois anos pelo Programa ONU-HABITAT,¹ cinco cidades brasileiras estão entre as 20 mais desiguais do planeta: Goiânia (10.^o lugar) Belo Horizonte (13.^o), Fortaleza (13.^o), Brasília (16.^o) e Curitiba (17.^o). O Rio de Janeiro, na 28.^a posição, e São Paulo, na 39.^a, também são cidades com alto índice de desigualdade, de

¹ Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

acordo com o referido relatório. Este relatório também informa que o Brasil é o país com a maior distância social na América Latina, uma posição igualmente desconfortável. No total, 138 cidades de 63 países em desenvolvimento foram analisadas, cujas conclusões baseiam-se no coeficiente de Gini, indicador que mede a concentração de renda de um país.

O conceito de capital social assume, portanto, relevante papel na busca de um modelo de desenvolvimento da localidade, onde as interações entre pessoas, comunidades, instituições (públicas e privadas), poderes públicos (federal, estadual e municipal) são essenciais a essa proposta desenvolvimentista. É no local, no território, que o poder de replicação dos benefícios sociais apresenta-se de forma mais intensa e é mais bem percebido, quando comparado ao modelo econômico de acumulação de capital tradicional.

Uphoff (2000) reconhece que o capital social auxilia a entender o surgimento e o porquê da localização e perpetuação da ação coletiva, ao afirmar que: “Capital social é uma acumulação de vários tipos de ativos sociais relacionados com o psicológico, cultural, cognitivo e institucional, que aumentam o montante (ou a probabilidade) do comportamento cooperativo de benefício mútuo.” (UPHOFF, 2000, p. 216). Em seu trabalho, Uphoff e Wijayaratra (2000), apresenta duas categorias de capital social: a estrutural e a cognitiva, ambas inter-relacionadas e estimuladoras do que conceitua como *Mutually Beneficial Collective Action* (MBCA), um tipo de ação intrínseca e mobilizadora de capital social. A categoria estrutural está associada às “várias formas de organização social, particularmente regras, funções, experiências anteriores e procedimentos, bem como uma larga variedade de *networks* que contribuem para a cooperação.” (UPHOFF; WIJAYARATNA, 2000, p. 2). Contempla, de forma objetiva, as instituições, normas formais (legislação, regulamentos) e os meios pelos quais se manifestam e compartilham as informações que facilitam a execução das ações coletivas e os processos de tomada de decisão.

A segunda categoria, chamada cognitiva, manifesta-se por meio de normas morais, valores, atitudes e crenças que “derivam dos processos

mentais e resultam de ideias reforçadas pela cultura e ideologia.” (UPHOFF; WIJAYARATNA, 2000, p. 2). Diz respeito às concepções mais abstratas e subjetivas. Esta categoria decorre da cultura e dos modelos mentais predominantes no grupo, em relação aos seus valores, atitudes, crenças, normas morais, os quais contribuem também para o comportamento cooperativo. Como exemplos destes valores, têm-se a confiança, reciprocidade, solidariedade e a vontade de solucionar conflitos que, quando juntos e compartilhados pela comunidade, favorecem o bem-estar coletivo.

O capital social vem-se fortalecendo no papel de conector entre a comunidade e seu desenvolvimento sustentável nos últimos anos, sendo considerado na atualidade como um novo tipo de capital que enriquecerá o estudo nos campos teórico e empírico. É a argamassa que liga as instituições entre si e as vincula ao cidadão, visando ao desenvolvimento da localidade. É compreendido como um fator endógeno com fortes ligações entre pessoas, comunidades e instituições, além de ser primordial para o desenvolvimento das áreas que apresentam fortes indicadores de desigualdades sociais e econômicos.

Os estoques de capital social, como confiança, normas e redes, exigem auto-reforço e são cumulativos. Colaboração bem sucedida de um esforço constrói conexões e confiança sociais que facilitam a futura colaboração em outras tarefas não relacionadas. Tal como acontece com capital convencional, aqueles que têm capital social tendem a acumular mais – eles como têm, recebem. O capital social é o que o filósofo social Albert O. Hirschman chama de “recursos morais”, isto é, um recurso cuja oferta aumenta e não diminui através da utilização e que (ao contrário de capital físico) se esgota se não for utilizado. (PUTNAM, 1993, p. 3).

Diante da riqueza do tema, vários são os estudos realizados sobre capital social, seja na área da Economia, Antropologia, Sociologia etc., cuja percepção conceitual é a mesma: diferenciam-se na forma, mas o conteúdo é semelhante. Como diz Pereira: “Tentar chegar a uma unificação sobre o conceito é tarefa difícil, pois os conceitos referem-se aos objetivos dos próprios pesquisadores e são orientados pelo seu valor instrumental.” (PEREIRA, 2007, p. 103).

A importância do tema e sua contribuição para a construção de um modelo diferenciado de desenvolvimento pode ser percebida a partir da afirmação de Bowles e Gintis (2000, p. 420): “Talvez o capital social seja como o Deus de Voltaire, que teve que ser inventado, se ele não existisse”.

3 – CONFIANÇA E COOPERAÇÃO

O tema principal da obra de Putnam (1996), “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna”, é a análise de como as instituições podem influenciar o comportamento político de uma região. O objetivo de Putnam (1996) era comprovar empiricamente a importância da chamada “comunidade cívica” para o desenvolvimento eficiente das instituições durante os novos governos regionais criados na Itália em 1979, afirma Kerbauy e Putnam (1996). Robert Putnam e sua equipe iniciaram os trabalhos em 1970, com o intuito de estudarem as questões relacionadas à política italiana, no momento em que o governo começou a implementar uma reforma na constituição que criava as administrações regionais.

A ideia de Putnam (1996) sobre capital social refere-se às práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma determinada sociedade. É um sistema de participação que estimula a cooperação. Quanto maior a capacidade de os cidadãos confiarem uns nos outros, maior o número de possibilidades associativas numa sociedade e maior será o volume de capital social acumulado na comunidade. Segundo o autor, a natureza da vida cívica tem papel central na análise da questão italiana, cujo objetivo era investigar as causas das desigualdades entre o Norte e o Sul da Itália. “A comunidade cívica se caracterizaria por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”, afirma Putnam (1996 apud KERBAUY; PUTNAM, 1997/1998, p. 296).

O estudo empírico desenvolvido por Putnam (1996) disponibilizou a matriz das ideias mais difundidas em relação ao conceito de capital social. Ele buscou compreender mais profundamente quais os fatores que, efetivamente, contribuíram para o

desempenho dos governos regionais italianos. Esta política tinha o objetivo de minimizar as desigualdades regionais entre o norte da Itália, muito evoluído, e o Sul, pouquíssimo desenvolvido, ou melhor, muito empobrecido, além de buscar criar condições de eficiência de políticas econômicas e sociais mais eficazes através dos governos regionais. Ele verificou que o impacto das tradições cívicas foi maior no desenvolvimento socioeconômico (em termos de industrialização e saúde pública) do que no desenvolvimento do civismo. Suas conclusões mostraram-se muito influentes e determinantes no desenvolvimento social e econômico de uma região. Assim, mantendo-se constante as tradições culturais, o civismo sinaliza ser um melhor indicador do que o do nível de emprego. Por isso, ele sugere ser preferível conhecer as condições culturais de uma região na década de 1900, por exemplo, para projetar o emprego na década de 1970, do que o inverso.

Na concepção de Putnam (1996), a essência do capital social são as relações de confiança e cooperação. Estas relações de confiança promovem a cooperação ou, no mínimo, aumentam a probabilidade de que ela ocorra com mais frequência, pois, para haver estoque de capital social, faz-se necessário um ciclo virtuoso de confiança e cooperação. “A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente”, afirma Putnam (1996, p. 180). Confiar é desejar e esperar que o ator social prefira concretizar um fazer em relação apenas à intenção de fazer. Putnam considera que a confiança é um componente básico do capital social, mas não o único, tendo em vista que ele sugere outros igualmente importantes, como as normas e as cadeias de relações sociais.

A confiança é primordial no contexto da formação do capital social, pois está na raiz de uma construção das relações e não se deve restringir aos contatos fechados entre indivíduos de uma mesma família ou grupo isoladamente, mas, sim, entre pessoas, grupos, comunidades e instituições que tenham um objetivo comum. Nesta perspectiva, a confiança desloca-se do eixo de parentesco do núcleo familiar existente, principalmente em comunidades pequenas e fechadas, para um contexto abstrato, geral e focado no futuro. A confiança que dá suporte ao conceito de capital social não está baseada nas relações

de verticalidade, como no caso das organizações criminosas (consequência do desequilíbrio entre as partes), mas na reciprocidade existente nas relações de horizontalidade, fundamental para a formação de capital social. Sabe-se que a confiança por si só não é necessariamente um atributo de nobreza nas relações sociais. Mecanismos de comercialização como a “venda na palha” no Nordeste ou organizações como a Máfia estão certamente apoiados em laços de confiança, cuja particularidade, entretanto, explica Putnam (1995), reside na verticalidade dos contatos e, portanto, no desequilíbrio entre as partes.

As relações de verticalidade caracterizam-se pela dependência, diferente das interações de horizontalidade, as quais estão assentadas na reciprocidade. No primeiro tipo de relação, observa-se que aquele que se encontra numa posição hierárquica superior (empregador, político, autoridade pública etc.) pode agir com oportunismo e exploração, direcionando, muitas vezes, o comportamento de quem se encontra numa posição inferior para a indiferença cívica. Daí, não ser possível a consolidação das relações de reciprocidade horizontal, que é o elemento decisivo pelo qual o capital social gera instituições propícias à participação cívica, num ambiente de desequilíbrio social nas relações.

Os estudos de Putnam concluem que a confiança exerce a função de um farol na escuridão; é um guia para a ação coletiva e cooperativa, além de ser impulsionadora do acúmulo de capital social na comunidade. Para o autor, ela é responsável, também, pela diminuição das transgressões sociais e pelo redimensionamento positivo do espaço social de incerteza e de indiferença cívica, facilitando a longevidade cooperativa das ações coletivas.

4 – CRÍTICAS À OBRA DE ROBERT PUTNAM

A obra de Robert Putnam, apesar de ser considerada por muitos autores como um “novo clássico” das ciências sociais e ser responsável por uma renovada fase de estudos e pesquisas empíricas sobre civismo, democracia, desenvolvimento e

desempenho institucional, é alvo de críticas, sobretudo, por parte de alguns acadêmicos italianos.

Ao tratar da história complexa e milenar da Itália de forma rápida para explicar as diferenças de civismo nas várias regiões do país, Putnam incorre em inferências imprecisas que levantam o clamor e o protesto de historiadores italianos. De acordo com “Tarrow (1996), sua imagem do norte medieval e das cidades estados como um protótipo de republicanismo é telescópica, para dizer o mínimo”. (FERNANDES 2000 apud SANTOS, 2003, p. 46).

Enquanto Robert Putnam preocupa-se primordialmente em medir o capital social através de indicadores, correlacionando-os com os de desenvolvimento econômico e institucional, seus críticos apontam para a necessidade de uma reaproximação entre os aspectos político, econômico, social e histórico numa análise das causas do desenvolvimento de uma região. Este entendimento pode engessar o conteúdo e a utilização do capital social, segundo alguns críticos, por se pautar numa tese bastante discutível do ponto de vista sociológico, a qual prega a existência de um determinismo histórico sobre a atual capacidade organizacional de um povo. Afirmam que, para Putnam, só é possível acumular capital social àquela comunidade que tenha uma perene tradição de solidariedade, cooperação e associativismo.

Desse modo, mesmo enquanto conceito analítico, a definição de Putnam, a qual considera que as redes sociais e o capital social contribuem para o engajamento cívico, vem, também, sofrendo críticas, principalmente quando se percebe que até o *bridging*, isto é, o bom capital social pode gerar efeitos colaterais altamente negativos para o conjunto da sociedade, afirma Frey (2003). O ciclo virtuoso entre engajamento cívico, confiança e a sociabilidade cooperativa é uma questão mal colocada por Putnam (1995), afirma Uslaner (2000 apud MATOS, 2008). Para Matos (2008), não faz sentido confiar gratuita e facilmente em estranhos. Pelo contrário, a confiança é o resultado do compartilhamento progressivo e apreendido de valores.

Para alguns críticos, é admissível a formação de capital social com efeitos negativos. Neste sentido, Etzioni (2001 apud FREY, 2003) menciona alguns

exemplos ilustrativos e as possíveis implicações de uma aliança entre a máfia siciliana (que, por sua vez, é uma ponte entre cinco comunidades) e as máfias russas e israelenses. Tem-se aí um exemplo de capital social capaz de criar conectividade, através da confiança, entre diferentes grupos sociais sem, entretanto, gerar necessariamente liberdade, tolerância e igualdade. Dessa forma, não se pode falar em fortalecimento das comunidades, tampouco em possibilidades de transformações sociais.

Assim, é indispensável “analisar os mecanismos pelos quais novas culturas morais são formadas, e estudar o que vai impedi-las de perseguir valores que são incompatíveis com uma sociedade livre e justa”. (ETZIONI, 2001 apud FREY, 2003, p. 180). Este é um exemplo sintomático de sociabilidade gerador de efeitos contraditórios, de males públicos. Por isso, o meio acadêmico italiano, principalmente, faz críticas à fundamentação teórica de Putnam, em função do viés positivista de suas análises quantitativas, assim como pela seleção das variáveis estudadas, excluindo algumas importantes categorias e processos sociais, tais como poder, conflitos, etnia, gênero, redes (relações público-privadas), fato que privilegia variáveis com teor fortemente estatístico.

Contudo, Putnam reconheceu as limitações de suas conclusões decorrentes da pesquisa italiana num trabalho posterior, quando da realização de sua última pesquisa sobre o declínio do capital social americano, ao, aparentemente, recuar de seu excessivo determinismo cultural. Segundo Santos (2003), nesta pesquisa, Putnam afirmou que as políticas públicas também podem ser fontes de mudança social.

Continuar este debate é mais um desafio dos estudiosos, seja aprofundando o modelo teórico seja realizando novas pesquisas empíricas para se comprovar (ou não) a relevância do capital social no processo de desenvolvimento socioeconômico da localidade.

5 – EMPODERAMENTO E REDES

Para Woolcock (1998), o fator tecnológico permeia todas as épocas, adquirindo mais relevância na atualidade; e afirma que ele gera mais complexidade

no dia a dia das sociedades, exigindo novas formas de organização e de relações socioeconômicas. Assim, a chamada “nova sociologia econômica²” evoluiu para o conceito de capital social como normas e redes que facilitam a ação coletiva e coordenada em prol do benefício mútuo. As estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor, assevera Abramovay (2000). No mesmo contexto, estudiosos trabalhando com ambas as tradições conceituais concordam que é importante reconhecer que o capital social não é uma entidade única, mas, sim, de natureza multidimensional. O capital social é, frequentemente, definido em termos dos grupos, redes, normas e confiança de que as pessoas dispõem para fins produtivos. (GROOTAERT et al., 2003).

Buscando avaliar a importância das redes e suas formas de participação, Grootaert et al. (2003), adotam uma distinção do capital social formado por “redes de ligação”, baseada nos laços entre pessoas e grupos que compartilham características idênticas; por exemplo, familiares, vizinhança, amizade, coleguismo (trabalho) etc., formado por “redes pontes”, cujas pessoas não compartilham dessas características. Mais recentemente, surgiu um terceiro tipo de rede chamado de “conexão”, segundo Woolcock e Narayan (2000 apud GROOTAERT et al., 2003). Neste caso, os laços são mantidos em decorrência de um posicionamento de autoridade no meio social, como os representantes de instituições públicas, privadas e demais pessoas que detenham autoridade junto a um determinado grupo social.

Para esses autores, o que delimita as fronteiras entre esses tipos de rede varia a depender do contexto social. Destacam, ainda, a importância dessas fronteiras, principalmente no campo político, sendo, por isso, importante identificar onde se situam e como são construídas e mantidas as referidas redes. O debate sobre o surgimento das “redes” permeia as mais diversas áreas de estudo: Geografia Econômica,

2 A principal característica da Nova Sociologia Econômica, que ganha prestígio crescente nos Estados Unidos e na Europa, é estudar os mercados não como mecanismos abstratos de equilíbrio, mas como construções sociais. Esta orientação, longe, entretanto, de opor-se aos procedimentos da ciência econômica, é também partilhada por alguns dos seus mais importantes expoentes. (ABRAMOVAY, 2004).

Administração, Economia, Sociologia, ocasionando uma diversidade de conceitos, tornando-o abrangente e, de certa forma, complexo. (PEREIRA, 2007).

Ao se considerar uma rede não um tipo de organização formal, mas, sim, capital social, tem-se muito mais discernimento sobre sua função econômica. Por esta visão, uma rede é uma relação moral de confiança existente num grupo de pessoas, cujas normas e valores vão além dos necessários às transações habituais de mercado. As redes auto-organizadas têm mais probabilidade de ser estabelecidas quando as pessoas participam de outras instituições comunitárias fortes e não estão divididas por classes, etnias, religiões, raças ou quaisquer outras categorias, afirma Fukuyama (1995).

As redes sociais proporcionam um capital social que pode ser usado pela comunidade, afirma Coleman (1990). Outros autores mostram que as estruturas sociais são mais favoráveis ao capital social quando funcionam em redes. Uma rede social é relativamente invisível, mas muito real ao mesmo tempo, desde que esteja inserida num contexto social de família ou grupo, por exemplo, e que haja muitas propriedades associadas com a troca, afirma Ferre (2004). Ressalta-se, todavia, que as redes que alicerçam a construção do capital social são as cooperativas e não as de subordinação. Nestas, os espaços para a formação de articulações e conexões da estrutura social não se fortificam; pelo contrário, enfraquecem à medida que há concentração desse poder de subordinação. As implicações teóricas do entendimento e da importância das redes para o desenvolvimento sustentável são mais patentes à medida que se percebe o modo como se desenvolve, alimenta e se sustenta o capital social numa comunidade em rede.

Neste ambiente de rede, vale registrar a importância, para a formação de capital social, de outro conceito, qual seja, “empoderamento”. Segundo Pase (2007), ele está relacionado ao termo *empowerment*, cuja raiz teórica se encontra na reforma protestante, berço da oposição ocidental do paternalismo e que, no Brasil, foi traduzido para empoderamento. No decorrer do século XX, os movimentos sociais nos EUA passam a utilizá-lo com o sentido de “novos caminhos sociais”, em relação à luta pelos direitos civis dos negros, homossexuais,

feministas, portadores de deficiência, enfim, contra a opressão e o preconceito. (BAQUERO, 2005).

Pase (2007) afirma que a tentativa de avançar qualitativamente no conceito de empoderamento encontra-se em Paulo Freire, cujo pensamento agrega a noção de conscientização enquanto um processo de conhecimento que se dá na relação dialética homem-mundo, num ato de ação-reflexão. A conexão entre capital social e empoderamento pode contribuir para superar problemas como a situação de pobreza de pessoas e comunidades, transformando as relações de poder em favor daqueles que tinham pouca autoridade e controle sobre os recursos – físicos, humanos, intelectuais, financeiros e de seu próprio ser – e sobre a ideologia das crenças, valores e atitudes, afirma Baquero (2005).

Para o empoderamento significar pessoas e comunidades sendo “protagonistas de sua própria história”, são prementes o aumento da cultura e da sofisticação política, o adensamento de capital social e o aperfeiçoamento da democracia representativa, incluindo em seu desenho institucional instâncias diretas e indiretas de participação e deliberação coletivas, afirmam Horochovski e Meirelles (2007).

Abu-El-Haj (1999) cita o Programa Agente de Saúde do Governo do Estado do Ceará, implementado em 1994, sob a coordenação de Tandler e Freedheim, como um exemplo positivo de empoderamento e do caráter público da política de saúde do Estado. O sucesso do programa decorreu, segundo o estudo, de dois fatores combinados: primeiro, o Governo do Estado garantiu autonomia aos agentes de saúde, ao adotar uma linha meritocrática no seu recrutamento, protegendo o programa do assédio clientelista; e em segundo lugar, a população mobilizou-se para garantir a efetividade do programa, atendendo aos apelos governamentais de rejeição das práticas clientelistas.

Neste contexto, o capital social assenta-se no poder de a sociedade se engajar na participação efetiva de formulação e aplicação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Sem essa participação, o capital social se enfraquece ou, muitas vezes, não chega sequer a ser construído: é um natimorto.

Contudo, quando o poder público, através dos organismos governamentais, começa a definir qual tipo de mediação e de interlocução é legítimo, pode impedir ou obstaculizar, naturalmente as iniciativas de grupos sociais heterogêneos de reafirmarem a sua coesão social interna, através do reconhecimento externo das suas formas de representação junto ao poder público.

7 – DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

O processo de globalização econômica continua em curso em todo o mundo sem, contudo, conseguir corrigir de forma satisfatória as desigualdades existentes entre os países, as regiões e suas comunidades. A riqueza cresce globalmente, mas o nível de pobreza, as desigualdades sociais, a exclusão econômica e a marginalização social continuam num ritmo acelerado no nível da localidade.

Os benefícios da globalização ainda se repartem de forma desigual entre os países e as regiões, principalmente no interior. Os resultados da integração econômica em nível mundial parecem estar desequilibrados e aparentemente mal distribuídos entre países, regiões e comunidades. O processo de globalização devia assegurar a todos, em tese, um desenvolvimento social mais equitativo, afirma o relatório final da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, divulgado em 2004. (TORNAR..., 2010).

No fim da década de 1990, a concepção de capital social passa a influenciar fortemente o conceito de desenvolvimento, em função do trabalho do Prêmio Nobel de Economia, Sen (2000), que define desenvolvimento como um processo contínuo que leva à implementação de liberdades substantivas, que ele chama de *entitlements* (“entitamentos”) econômicos, onde destaca a transparência, a segurança protetora e as oportunidades sociais. Para Sen (2000 apud RATTNER, 2002), o desenvolvimento é um processo de ampliação da capacidade de realizar atividades de valoração coletiva e de livre escolha, o que não é consequência automática do crescimento econômico. Wolfensohn (1998 apud RATTNER, 2002) complementa

e diz que sem desenvolvimento social concomitante, nunca haverá desenvolvimento econômico satisfatório.

Existem duas visões antagônicas sobre desenvolvimento, segundo Sen (2000 apud RATTNER, 2002). A primeira, que desenvolvimento é um processo violento e sofrido, envolto em “sangue, suor e lágrimas”, onde a acumulação de riqueza o mais rapidamente possível pode conduzir ao sacrifício do bem-estar. Sen (2000) repudia essa concepção e apresenta outra corrente, a qual considera o desenvolvimento como um processo “essencialmente amigável”, citando, como exemplo, as trocas benéficas do trabalho em rede de segurança social, através da liberdade política e do desenvolvimento social.

O desenvolvimento materializa-se, desse modo, à medida que o indivíduo aumenta sua capacidade de fazer escolhas, fato que amplia o direito de liberdade. Porém, não basta que a legislação garanta determinados direitos; é fundamental que as pessoas tenham capacidade e prerrogativa de fazer escolhas e que suas relações sejam enriquecedoras para o desenvolvimento sustentável.

A localidade conquista, assim, mais espaço nas pautas desses debates e respeito por contemplar experiências positivas de desenvolvimento como alternativa eficaz ao fenômeno do crescimento econômico global, o qual não tem conseguido impulsionar satisfatoriamente o desenvolvimento nas localidades. A necessidade e o avanço dos debates sobre desenvolvimento local pressionaram para que houvesse uma dupla mudança de percepção: primeiro, em relação à sustentabilidade do modelo desenvolvimentista; e segundo, como recurso alternativo a favor da continuidade do desenvolvimento do planeta.

A importância da participação coletiva nesse ambiente conquista um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico e social da localidade. O desafio para a comunidade consiste na sua capacidade de mobilizar as potencialidades locais existentes em seu território em prol de um desenvolvimento social menos desigual. Melo e Hansen (2007) sugerem, inclusive, que o desenvolvimento da localidade poderia ter auxiliado o Brasil a superar a crise dos anos 1980.

Segundo Abramovay (1998), a concepção de desenvolvimento local procura focar os mecanismos institucionais específicos e consegue mobilizar as energias produtivas na direção da sustentabilidade, situação que não tem sido percebida no funcionamento do modelo econômico convencional. O desenvolvimento local, por isso, apresenta-se como um modelo econômico que busca encontrar alternativas para superar os desequilíbrios sociais mais urgentes, assim como transpor as limitações comunitárias, maximizando os recursos potenciais disponíveis.

É preciso, todavia, direcionar as energias coletivas para o desenvolvimento local por via do fomento das atividades produtivas da localidade e de políticas de inclusão social, democráticas e participativas. Daí, a constatação de inviabilidade do êxito de estratégias generalizantes e uniformes na busca do desenvolvimento sustentável nos diferentes contextos de realidade, os quais precisam ser contemplados ativamente, mas, às vezes, são desconsiderados e/ou desrespeitados.

Segundo Buarque (1999), desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (municípios, localidades, microrregiões) capazes de promover mudanças e melhorar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da comunidade.

Para De Franco (2000), um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo, tudo pode ser considerado como local. Tudo dependerá do “alvo socioterritorial das ações” de desenvolvimento em curso. É de fundamental importância considerar o desenvolvimento local como consequência da riqueza dos processos de relação e reciprocidade entre os atores sociais. Este processo endógeno de relações recíprocas conduz a um dinamismo econômico e à melhoria dos indicadores de qualidade de vida das unidades territoriais. A consistência desse processo está em maximizar as potencialidades da localidade, ao possibilitar e aproveitar as oportunidades locais, além de viabilizar a competitividade da economia local e assegurar a conservação dos recursos naturais.

É importante ressaltar que o conceito de sustentabilidade encontra-se em construção. Não há hegemonia intelectual, tampouco convergência conceitual uníssona sobre o tema. Cabe ao conjunto social a responsabilidade de criar um ambiente favorável a essa construção, considerando suas realidades sociais, econômicas e culturais.

8 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem o propósito de abordar as questões metodológicas inerentes à pesquisa utilizada neste trabalho, bem como descrever e explicar o motivo da escolha do método e qual o suporte acadêmico que embasou referida escolha: suas vantagens, limitações, a forma de coletas dos dados e como foram utilizados.

Apresenta, também, o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS), dando ênfase aos seus alicerces teóricos e buscando conciliá-los ao suporte conceitual discutido no capítulo anterior. Descreve o mecanismo de funcionamento da metodologia, bem como sua aplicação no caso específico e expõe algumas fragilidades percebidas. Por fim, apresenta-se o ambiente da pesquisa: a Coofama e o Município de Campo do Brito. De forma objetiva, transita-se pela história da cooperativa, contextualizando-a no universo comunitário da localidade. Quanto ao Município de Campo do Brito, busca-se abordar alguns aspectos importantes (geográfico, histórico, ambiental, socioeconômico e cultural), com o intuito de melhor compreender a realidade socioeconômica do município diante do cenário estadual.

A representatividade da amostra escolhida tem o escopo de abranger a maior quantidade possível de cooperados da Coofama. Desse modo, a amostra desta pesquisa contemplou 59,2% dos cooperados, ou seja, 16 cooperados de um total de 27, com reflexo num universo aproximado de duzentas pessoas, distribuídas em 16 casas de farinha. Cada cooperado é proprietário de uma casa de farinha com 12 trabalhadores cada, em média. O universo da Coofama é formado por 27 cooperados e cerca de trezentas pessoas envolvida.

Faz-se necessário registrar também, que, em função da ausência de um nível formal de educação de

melhor qualidade (85% dos entrevistados podem ser considerados analfabetos funcionais), as entrevistas sem a utilização do roteiro foram mais ricas, em determinados momentos, para o processo de melhor compreensão da realidade estudada, em relação às com roteiro.

Para tanto, utilizou-se como base teórica e prática o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), elaborado por Grootaert et al. (2003), cujo objetivo é fornecer um conjunto de questões essenciais para gerar dados e informações quantitativas e qualitativas sobre as várias dimensões do capital social num determinado país, região ou localidade.

Embora uma ferramenta de pesquisa possa ser desenvolvida para gerar dados quantitativos, há uma consciência de que uma rica tradição em pesquisa sobre capital social é resultado também de métodos qualitativos, afirma Grootaert et al. (2003). Desse modo, este instrumento de pesquisa foi elaborado com base num roteiro de entrevistas com os principais atores sociais envolvidos na experiência, tendo como referência a proposta do QI-MCS, do Grootaert et al. (2003), cujas adaptações foram realizadas pelo próprio autor, para permitir os ajustes necessários de aferição do capital social no contexto específico deste estudo de caso.

8.1 – Desenvolvimento Regional Sustentável: a Metodologia do BB

A proposta de desenvolvimento sustentável exige uma forte interação entre pessoas, comunidade, poder público e instituições públicas e privadas. Requer, ainda, uma atuação estruturada em redes, cuja ação coletiva e cooperativa de todos os atores da comunidade é sua força motriz. Neste contexto, o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (DRS) busca promover a geração de trabalho e renda de forma sustentável, incluída e participativa, afirma o Banco do Brasil. Respeitar as características culturais, econômicas, sociais, ambientais e políticas da localidade também faz parte do discurso institucional da proposta do DRS.

Um grande desafio para o BB em relação ao Programa DRS é conseguir equalizar suas necessidades de atuação no mercado bancário tradicional com o compromisso social estratégico, uma

vez que a área operacional, executora da metodologia, em linhas gerais, não compartilha na mesma intensidade deste compromisso. As necessidades do mercado se sobrepõem na rede de agências, principalmente nos maiores centros urbanos e, muitas vezes, sacrifica a concretização desta estratégia.

Alicerçado em premissas contidas nos conceitos de capital social e desenvolvimento local, o Programa DRS apresenta-se com o objetivo de atuar em sintonia com essas propostas teóricas, considerando os atributos de parceria, cooperação, confiança, redes e empoderamento. A concertação, termo utilizado pelo Programa DRS, é sinônimo de trabalho coletivo entre os parceiros, os quais devem otimizar suas habilidades e competências em prol de um objetivo comum.

Todavia, vale registrar que, quando o assunto é investir na comunidade viabilizando linhas de crédito, na condição de um negócio e não de uma doação, o Banco do Brasil é menos agressivo na prática. As condições creditícias e as exigências de garantias não devem seguir a mesma lógica do mercado bancário convencional. Afinal, trata-se de um investimento em desenvolvimento sustentável, cujo retorno ocorre no médio e longo prazos e os atores sociais encontram-se, normalmente, na base da pirâmide econômica.

Lançado em 2003, o Programa DRS tinha como prioridade atender às regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH), a saber: Norte, Nordeste e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais. Segundo o BB, a partir das diretrizes estabelecidas, foram trabalhadas as atividades típicas da agricultura familiar e de comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária, principalmente. Em 2009, o Programa DRS estava presente em todo o território nacional, atendendo mais de um milhão de famílias, com um aporte de recursos de aproximadamente R\$ 5,1 bilhões.

A implementação da metodologia DRS começa com o convite aos atores sociais da comunidade para discussão e identificação de suas prioridades. O BB afirma que toda participação precisa ser natural, uma vez que não há espaço para imposição de vontades de qualquer natureza ou parceiro. É preciso, portanto,

que todos tenham objetivos comuns e compartilhem do conceito de visão (Participativa, de Abrangência, de Futuro, de Negócio e de Cadeia de Valor).

Com o objetivo de facilitar o trabalho coletivo, a metodologia DRS segue um fluxo, uma série de fases sequenciadas cujo intuito é obter melhores resultados: Capacitação e habilitação da agência; Escolha da atividade produtiva; Equipe gestora; Diagnóstico; Plano de negócios; Análises e pareceres; Implementação; e Monitoramento e avaliação. A metodologia DRS afirma que valoriza as características locais, pessoais e culturais do ambiente comunitário, assim como diz respeitar as diversidades e peculiaridades da localidade. Apresenta-se como um processo contínuo de aprendizado e compartilhamento de experiências comunitárias.

Zapata (2010), todavia, apresenta alguns fatores restritivos em relação às metodologias sociais de desenvolvimento sustentável disponíveis no Brasil: ausência ou falta de integração de políticas públicas específicas para o DRS; capital social incipiente dos atores locais; visão imediatista das mudanças sociopolíticas que se pretende alcançar; autoritarismo e clientelismo dos políticos locais; baixa qualificação profissional dos produtores locais; reduzido grau de empreendedorismo nos negócios locais; frágil participação de atores ligados ao empresariado local nos projetos; inexistência de ações de fomento do desenvolvimento customizadas para cada localidade; supervalorização do crédito como garantidor da sustentabilidade dos projetos, em relação à gestão empresarial, assistência técnica, inovação e mercado; insuficiente cultura de alianças, parcerias e compartilhamento de recursos locais; incipiente processo de avaliação dos projetos visando ao seu aperfeiçoamento; descontinuidade políticoadministrativa; e baixo foco no resultado, com alocação de mais tempo na elaboração de diagnósticos e planos do que no acompanhamento e gestão efetiva dos projetos.

A disponibilidade de crédito é importante, sem dúvida, mas, no momento, percebe-se que toda a concentração de esforços está na direção de se obter crédito junto ao Banco do Brasil. É uma situação arriscada, porque um projeto de desenvolvimento sustentável não pode ancorar-se muito fortemente

na obtenção de crédito para sua continuidade. Afinal algumas experiências econômicas mal-sucedidas de micro e pequenos empreendedores no Brasil, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), apontam que, mesmo com acesso ao crédito, às vezes, a questão é de gestão e método gerenciais e não de crédito unicamente.

Os riscos existem e precisam ser minimizados; todavia, a criação de mecanismos que possam auxiliar a estabelecer o elo entre capital social e desenvolvimento sustentável através de metodologias de desenvolvimento é um dos desafios das empresas que se propõem a atuar em prol desta proposta de desenvolvimento.

O que se percebe na atualidade, sobretudo, é que a riqueza é muito mais teórica do que efetivamente prática por parte do segmento corporativo na divulgação de sua responsabilidade social em relação aos resultados efetivamente apresentados por suas metodologias. Percebe-se, também, que existe uma forte utilização da mídia com o objetivo de amplificar esses resultados.

Ainda há muito a fazer e aperfeiçoar nas metodologias de desenvolvimento disponíveis no país. A continuidade do debate teórico e novos estudos empíricos sobre a eficácia dessas metodologias darão suporte a este fazer e aperfeiçoar para as futuras experiências sociais de desenvolvimento nas comunidades brasileiras.

8.2 – Ambiente da Pesquisa: Campo do Brito (SE)

A Coofama

A Coofama está localizada no município de Campo do Brito, cujos cooperados e suas respectivas casas de farinha encontram-se distribuídos entre os povoados de Gameleira, Cercado, Limoeiro, Terra Vermelha, Tabua, e Caatinga Redonda.

Para Francisco Soares Cassundé,³ embora os produtos da mandioca sergipana, em especial, a farinha, sejam exportados para outros estados, destacando-se São Paulo, Bahia e Alagoas, o volume

³ Engenheiro agrônomo, assessor técnico da Secretaria Estadual da Agricultura do Estado de Sergipe e consultor do Sebrae (SE).

exportado ainda é muito pequeno, entre 10% e 15% da produção. Essa situação é consequência da ausência de uma visão empreendedora dos que operam na atividade e das dificuldades econômicas para melhor estruturar a cadeia produtiva, afirma o técnico.

Buscando mudar esta realidade, um grupo de produtores de farinha dos povoados Gameleira e Cercado, principalmente, resolveu criar uma cooperativa. Em 2005, quarenta agricultores, integrantes de uma associação de produtores, resolveram criar a Cooperativa dos Produtores de Farinha de Mandioca de Campo do Brito (Coofama). Em 2008, a cooperativa foi laureada, em Brasília (DF), com o prêmio Valores do Brasil, que selecionou 15 dentre 334 experiências ou estudos que estão contribuindo para o desenvolvimento sustentável, cujos projetos destacaram-se por iniciar um processo de mudança com base no trabalho coletivo e gerador de emprego e renda no contexto social brasileiro.

8.2.1 – Principais aspectos

Geográfico

A pesquisa foi realizada no município de Campo do Brito (SE), distante 65km de Aracaju, capital do estado. Está localizado no Agreste Central sergipano, um dos oito territórios de Sergipe, que é formado por 14 municípios,⁴ os quais abrangem uma área total de 3.123km², o que representa 14,25% da área total do estado. Com uma população de aproximadamente 229.000 habitantes, o Agreste Central responde por quase 12% da população estadual. (SERGIPE, 2010).

Inserido no contexto do Agreste Central sergipano, Campo do Brito possui uma população estimada de 16.745 habitantes (7,31% da população total do território), distribuída numa área de aproximadamente 200 km² (6,4% da área total do Agreste Central), segundo IBGE (2010). Seu clima predominante é o tropical e sua economia está baseada na agricultura, principalmente na produção de farinha de mandioca. A pecuária, fabricação artesanal de móveis, olarias

⁴ Agreste Central: Areia Branca; Campo do Brito; Carira; Frei Paulo; Itabaiana; Macambira; Malhador; Moita Bonita; Nossa Senhora Aparecida; Pedra Mole; Pinhão; Ribeirópolis; São Domingos e São Miguel do Aleixo, de acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe (Seplan).

e curtume também contribuem para a economia do município.

Ambientais

Um dos principais problemas ambientais do município diz respeito ao lixo, que é despejado em vazadouro a céu aberto, na encosta da uma serra, embora haja certa preocupação por parte do poder público em aterrá-lo. Nos povoados, o lixo é jogado no entorno das áreas residenciais sem nenhum tipo de tratamento, como também é enterrado em buracos cavados próximos às residências. Segundo informações obtidas junto à Prefeitura Municipal, há projetos em andamento para realização de obras de infraestrutura e instalação de um aterro controlado no município. Não há coleta seletiva de lixo e o esgotamento sanitário é deficiente. Encontram-se ainda, em alguns locais, despejo em vias públicas. Os efluentes do matadouro público são expostos em seu entorno, também sem nenhum tratamento.

Quanto à questão ligada diretamente à mandiocultura, a queima da lenha e o resíduo tóxico da mandioca (manipueira) são os principais poluentes decorrentes da atividade. A queima da lenha realizada pelas casas de farinha polui o ar, provocando doenças respiratórias, principalmente entre aqueles que participam diretamente da atividade de torrefação da farinha. A manipueira é altamente tóxica por ser rica em ácido cianídrico. Quando despejada na natureza provoca a poluição do solo e das águas, causando grandes prejuízos ao meio ambiente. Esse despejo pode ser evitado com a utilização de técnicas corretas de manejo nas casas de farinha.

Socioeconômicos

O PIB *per capita* de Campo do Brito era de R\$ 3.487, em 2006, correspondendo a 48% do PIB *per capita* do Estado, que era de R\$ 7.560. O maior PIB *per capita* do Estado pertence a Canindé de São Francisco (R\$ 46.313), enquanto o de Aracaju, capital do estado, ocupa a nona posição (R\$ 9.954). Dos dez municípios com os maiores PIBs *per capita*, sete são produtores de petróleo, atividade que impulsiona este indicador nesses municípios, exigindo, então, cuidados ao se compararem desempenhos econômicos municipais com base neste índice. (SERGIPE, 2010; IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município em 2000 era de 0,661, suficiente para posicioná-lo na 14ª colocação no estado e na posição 3.586 no *ranking* nacional. O primeiro lugar em Sergipe é ocupado por Aracaju, cujo índice era de 0,794. Considerando que o IDH do estado era de 0,687, o do Agreste Central Sergipano de 0,627, o do Nordeste de 0,676 e o do Brasil de 0,766 – todos os dados de 2000, Campo do Brito encontra-se numa situação melhor do que a do Nordeste, mas abaixo do índice do estado. (PNUD, 2010; SERGIPE, 2010).

A agricultura, pecuária e avicultura são importantes atividades geradoras de receitas para o município. Os principais produtos agrícolas da lavoura permanente são manga e coco. O destaque, contudo, é para a lavoura temporária, cujos produtos mais relevantes na pauta de produção são a mandioca (86,7%) e a batata-doce (8,8%), de um total de aproximadamente 8.900 toneladas produzidas em 2008. (IBGE, 2010).

A sede é abastecida de água potável pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), cuja fonte de captação fica no rio Ribeira. As vilas e povoados utilizam poços artesianos como fontes de captação da água utilizada pela comunidade, os quais são mantidos pela prefeitura. Quanto à energia elétrica, é distribuída pela Energisa, com linhas de transmissão nas áreas urbana e rural.

Campo do Brito conta com uma rede de 25 estabelecimentos de ensino fundamental, sendo 88% das redes pública municipal e estadual e 12% da rede privada, totalizando, em 2008, cerca de 3.700 matrículas. No ensino médio, o município dispõe de duas escolas, ambas públicas, que atenderam, em 2008, quase 600 alunos. Quanto ao pré-escolar, é atendido por 22 escolas, sendo 82% públicas. No ensino superior não há disponibilidade de estabelecimentos. (IBGE, 2010).

Culturais

Quando se fala em artesanato em Campo do Brito, chamam a atenção os bordados conhecidos como “casas de abelha”, criação das artesãs locais, mas não são exclusividades do município. Na música destacam-se duas filarmônicas. A mais antiga é a de Nossa Senhora de Boa Hora, que foi criada em 1891,

pelo padre Vieira e, mais recentemente, a Promúsica, cujos instrumentos foram adquiridos pelos próprios componentes e, atualmente, funciona com os apoios da igreja e da comunidade.

As manifestações folclóricas também são destaques do município. Um dos principais grupos é o São Gonçalo, uma tradição transmitida de pai para filho há cinco gerações. O patrão traça-se de marinheiro em alusão a São Gonçalo do Amarante, um padre dominicano que vivia em Amarante, Portugal, no século XII, e teria assumido a missão de converter as prostitutas, buscando afastá-las do pecado.

A animação fora de época também marca o São João Antecipado de Campo do Brito, que se vem consolidando como um dos principais festejos juninos da região e acontece entre o fim de maio e início de junho. Outro destaque cultural do município é a Banda de Pífano, composta por quatro membros e fundada há cerca de cem anos no Povoado Terra Vermelha.

9 – UMA EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE CAMPO DO BRITO

As cinco dimensões (Parcerias e Concertação; Liderança; Redes e Organizações Sociais; Confiança e Cooperação; e Melhoria da Renda) são essenciais para a percepção, ou não, da presença de capital social numa determinada localidade. Os resultados obtidos com a pesquisa estão detalhados no decorrer deste capítulo, cujas variáveis em cada uma dessas dimensões foram selecionadas com base no alicerce teórico apresentado. Essas cinco dimensões foram selecionadas e adaptadas a partir das seis apresentadas pelo QI-MCS (Grupos e Redes; Confiança e Solidariedade; Ação Coletiva e Cooperação; Informação e Comunicação; Coesão e Inclusão Social; e Autoridade *Empowerment* e Ação Política), e da fundamentação teórica que alicerça o presente trabalho, cuja âncora é Robert Putnam. Desse modo, foi possível verificar se existe capital social e qual a sua intensidade no ambiente da Coofama.

As premissas propostas em cada dimensão e as construções dedutivas são decorrentes desta estruturação teórica, dos resultados obtidos com

o roteiro de entrevistas, das visitas e observações realizadas. Este conjunto de ações é relevante para a pesquisa, uma vez que incide diretamente na confirmação ou não da hipótese desta pesquisa e pode também ser percebido no contexto das dimensões abaixo descritas.

9.1 – Parcerias e Concertação

O capital social pode ser considerado um importante catalisador à disposição da localidade na consecução dos seus objetivos coletivos de desenvolvimento, assim como uma forma de revitalizar os laços de cooperação e convivência sociais. Sabe-se que não é a panaceia para resolver todos os problemas socioeconômicos de uma comunidade, mas sua presença pode auxiliar no processo de desenvolvimento da localidade. Sentimento de pertencimento, mobilização comunitária (abrangendo instituições públicas e privadas), participação ativa nas parcerias e tomadas de decisão são atributos que podem facilitar o trabalho coletivo de uma comunidade, pois a capacidade de realizar, de fazer acontecer, de buscar os objetivos comuns é um diferencial indispensável para proporcionar menos injustiça social, melhor distribuição de renda e condições de vida mais digna.

A partir do diagnóstico, os parceiros construíram o cenário no qual a atividade produtiva estava inserida. Vale ressaltar que o diagnóstico não se restringiu ao universo da cooperativa, mas da atividade da mandiocultura em todo o município. Dentre os muitos desafios levantados pelo diagnóstico, é possível destacar: a existência de uma doença conhecida como “podridão”, que afeta fortemente sua produtividade; a geração de um resíduo tóxico (manipueira) que não é aproveitado, tampouco tratado, e polui intensivamente o meio ambiente; percentual elevado de analfabetos entre os adultos, cuja pesquisa revelou um índice ainda mais elevado entre os cooperados (85%); existência de impactos ambientais; nível de rentabilidade da atividade muito baixa, em face, principalmente, da existência da figura do atravessador.

A possível presença de capital social na comunidade pesquisada, mesmo que num estágio não muito avançado, uma vez que a Coofama foi criada por ex-membros de uma associação de produtores já existente

(75% dos entrevistados cooperados faziam parte desta associação), facilitou a continuidade do trabalho coletivo e a formação das parcerias, essenciais a qualquer trabalho baseado em capital social.

Observa-se também que, neste caso específico, é muito provável que exista uma relação de causa e efeito entre formação de capital social e o processo de desenvolvimento sustentável em andamento. Para tanto, percebe-se que o auxílio de uma metodologia que se apresenta como facilitadora da formação de capital social, de implementação simples, segundo avaliação resultante desta pesquisa, tem sido relevante para a comunidade: 75% dos entrevistados consideraram o Programa DRS importante ou muito importante para a experiência do trabalho da Coofama. Todavia, existe uma percepção muito clara por parte dos membros da diretoria da cooperativa de que ainda há muito a fazer.

É possível deduzir, dessa forma, que, quanto mais alto é o nível de participação social da pessoa, mais fácil é a possibilidade de ela participar mais ativamente do trabalho coletivo e superar os desafios cotidianos inerentes à convivência comunitária. Algumas iniciativas, segundo vários teóricos que abordam o tema capital social, podem facilitar este trabalho apoiado em parcerias, como, por exemplo: participação nos processos decisórios; descentralização do poder político; construção de ambientes públicos que incorporem a comunidade, dentre outras. A pesquisa mostrou que não é a inexistência do dissenso ou do conflito que define a presença mais ou menos forte do capital social, mas, sim, a capacidade de o grupo saber contornar essas situações no ambiente coletivo. Ao se indagar sobre a disposição para solucionar os conflitos sem gerar inimizades futuras, 75% dos entrevistados responderam que há disposição ou muita disposição para tal situação.

O trabalho realizado em parceria é mais proveitoso e produtivo quando os membros da comunidade não se sentem cidadãos inferiores em relação aos parceiros, principalmente quando existe uma situação de acentuadas discrepâncias nos níveis educacional, social e econômico entre ambos. O respeito à cultura e a capacidade de interlocução por parte dos parceiros são fundamentais para o êxito do trabalho coletivo. A interação entre os

parceiros e a comunidade, gerando um sentimento de pertencimento entre ambos, contribui para que as ações sejam realizadas de forma mais colaborativa. Dos pesquisados, 75% consideraram que os parceiros são essenciais ao trabalho desenvolvido pela Coofama, com destaques para as participações do Banco do Brasil e Sebrae.

Muito possivelmente, pode acontecer o inverso com interações menos consistentes e categorias comunitárias menos organizadas, como foi observado por Putnam, no sul da Itália, onde o percentual de capital social é inferior, ou até mesmo inexistente, em face de as pessoas não possuírem este sentimento de pertencimento, instrumento social capaz de impulsionar a ação coletiva em prol do bem comum. Outra importante constatação diz respeito à questão político-partidária. Embora seja muito comum nos municípios do interior do Estado, a questão do coronelismo ou da política partidária segregacionista não foi percebida na comunidade, tampouco utilizada como instrumento de dominação política por quem quer que seja.

É possível deduzir, com base na pesquisa, que a atuação através das parcerias e da concertação têm viabilizado o trabalho coletivo na comunidade. O exemplo é a modernização das casas de farinha, que, anteriormente, processavam toda a mandioca de forma manual, com baixa produtividade e qualidade. Todavia, a introdução de novas técnicas foi importante para a redução dos custos, no sensível aumento dos lucros e na mitigação do impacto ambiental. Constatou-se que, atualmente, os produtores usam uma grelha nos fornos que permite a queima total da lenha, potencializando o calor produzido e acelerando o processo de aquecimento, diminuindo, conseqüentemente, o tempo necessário para torrar a farinha. Houve também, em função da utilização dessa grelha, uma redução de cerca de 50% no consumo total de lenha.

Quanto ao resíduo tóxico (manipueira) decorrente da prensagem da mandioca, recebeu um tratamento especial: passou a ser armazenado em locais apropriados e depois de ficar, em média, cinco dias em estado de decantação para separá-lo do ácido cianídrico, tóxico e altamente volátil, é aproveitada

como adubo e ração animal, principalmente. Seu percentual de aproveitamento ainda é reduzido, cerca de 20%. Contudo, é importante registrar que, praticamente, 100% da manipueira agora recebe tratamento adequado. Mesmo que ainda seja pequeno seu aproveitamento como adubo ou ração, deixou de contaminar o meio ambiente. A pesquisa também revelou que a comunidade agora tem consciência de que a manipueira pode ser aproveitada de várias outras maneiras, tais como: fertilizante natural; substituto dos agrotóxicos; defensivo contra insetos e pragas; na produção de vinagre, tijolos, sabão etc.

Uma constatação interessante diz respeito à reduzida participação da Prefeitura Municipal de Campo do Brito na experiência desenvolvida pela cooperativa na atualidade. Embora, no início do processo, ela tenha-se engajado, no momento não tem contribuído de forma efetiva. Sua participação restringe-se a não criar obstáculos ao trabalho da cooperativa. Segundo a Diretoria da Coofama, ultimamente não há qualquer participação do Poder Executivo Municipal em prol do trabalho desenvolvido pela comunidade. Todavia, este cenário não cerceou a continuidade das ações por parte dos membros da Coofama, tampouco diminuiu o ânimo dos cooperados e dos parceiros em continuar com o trabalho coletivo visando ao desenvolvimento da localidade.

9.2 – Liderança

A importância da liderança no contexto teórico do capital social é de fundamental importância para a realização de uma experiência coletiva. O exercício da liderança viabiliza, dentre outras coisas, o compartilhamento de informações, otimizando a execução das ações e o processo decisório, o qual envolve pessoas, redes, instituições, além de outras estruturas coletivas informais, quando se trata de um trabalho baseado no capital social.

Desse modo, o capital social e os diversos tipos de instituições locais, formais ou informais comportam-se como instrumentos que podem alavancar o desenvolvimento local, cujo impulso encontra-se ancorado, normalmente, numa liderança local. Para Uphoff (2000), este tipo de capital está embasado em associações horizontais e de redes sociais que estruturam processos decisórios transparentes,

coletivos, através de lideranças responsáveis que adotam práticas coletivas.

A democratização das informações, do conhecimento acumulado e das ideias inovadoras é uma das atribuições da liderança local. O líder da comunidade passa a representar e exercer o papel de procurador dos anseios coletivos de melhoria das condições de vida de todo o grupo. O líder é informalmente eleito o porta-voz dos cooperados. Esta é uma percepção decorrente da pesquisa.

Vale registrar que conhecimento, informações e ideias, normalmente, encontram-se presentes em ambientes democráticos e ricos em confiança e transparência relacional. Dessa afirmação teórica, percebeu-se empiricamente que houve uma razoável mobilização, por parte da liderança local, para a construção desse ambiente democrático. Espaços disponíveis para discussões, treinamentos e a realização das atividades laborais coletivas foram viabilizadas pela liderança da localidade. Denota-se, assim, que um ambiente mais receptivo às discussões pode propiciar à comunidade maior volume de capital social.

A pesquisa não citou nomes, mas 100% dos entrevistados reconheceram a importância da existência de uma liderança no trabalho realizado pela Coofama. A interlocução com os parceiros, sociedade, imprensa e os demais membros da comunidade é realizada naturalmente pelo atual líder comunitário, sem qualquer tipo de contestação aparente. Denota-se, a partir da pesquisa, que a liderança não deve ser imposta; é uma conquista pessoal e profissional, reconhecida interna e externamente, decorrente de atitudes éticas, sérias e, no caso em análise, representativa dos objetivos comuns da comunidade.

Numa experiência coletiva, considera-se uma importante atribuição do líder o papel de mediador de soluções de conflito. Na pesquisa realizada, apurou-se que ainda não houve entre os cooperados uma situação grave de conflito. Há, sim, predisposição entre os entrevistados para contornar essas possíveis situações conflituosas: 68% dos entrevistados afirmaram ter disposição para contorná-las quando houver necessidade. Neste item, o percentual de pesquisados que afirmou dispor desta vontade não é

tão significativo. Portanto, fica a dúvida se realmente estão preparados e dispostos para enfrentarem este desafio.

Desse modo, é possível afirmar que na experiência social em curso na Coofama, o papel desempenhado pela figura do líder está sendo muito importante para a formação e possivelmente futura consolidação do capital social na comunidade.

9.3 – Redes e Organizações Sociais

No cenário de transição conceitual de “comunidade” para “redes sociais”, vários autores, no decorrer da década de 1990, começaram a investigar academicamente o significado desta mudança na arena do ambiente social, dentre eles: Coleman, 1990; Putnam, 1993; Fukuyama, 1995; e, Grootaert, 1997. Dessa maneira, a pesquisa mostrou a importância do papel das instituições e suas respectivas conexões com a comunidade. Igrejas, associações, sindicatos, empresas públicas e privadas são exemplos da necessidade da existência dessas redes numa experiência social comunitária. Todavia, houve uma redução na quantidade de instituições que estavam participando da experiência em 2005 em relação a 2009. Atualmente, o Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Deagro), Sebrae e Banco do Brasil, estão formando efetivamente a rede.

Faz-se necessário registrar que o nível de interação e de organização dessas redes na localidade é capaz de acionar um mecanismo funcional de relacionamento que pode auxiliar na formação de capital social. Esta dimensão de redes e organizações busca verificar como seus membros agem no contexto da realidade deste estudo de caso e quais são os comportamentos característicos das redes relacionais e de suas respectivas organizações sociais oriundas das ações coletivas e de solidariedade. Assim, é possível inferir que, se houver um processo de formação de capital social, ele refletirá não somente na questão da participação nas redes no momento presente, como também no nível de expectativa sobre o futuro da localidade.

Na comunidade, foi possível perceber a existência de relações entre os diversos atores sociais e suas

respectivas organizações sociais. Diferenças mínimas nas condições econômicas, na formação educacional, etnia, religião (100% dos entrevistados declararam-se católicos) e as características associativas anteriores (Os fundadores da Coofama faziam parte de uma associação de produtores) podem ter facilitado os relacionamentos baseados nas redes e organizações sociais no caso analisado. A existência de redes sociais e de organizações em redes pode ser fruto também dos atributos de relações sociais entre os cooperados. As interações existentes entre as redes podem decorrer dessas relações sociais e culturais que vão além do grau de parentesco.

No caso da Coofama, 75% dos entrevistados mantêm um relativo nível de sociabilidade no dia a dia da comunidade. Nesse sentido, Durston e Miranda (2002, p. 25) afirmam: “O termo capital social refere-se também a uma área instrumental associada a uma rede pessoal que domina a orientação econômica racional dos atores, que usam suas conexões sociais para obter acesso a recursos escassos, não disponíveis em seu ambiente imediato”.

Outra importante constatação diz respeito ao equilíbrio nas relações de rede. Houve uma percepção de que, quanto menores forem as diferenças nos níveis de valores entre as pessoas e suas organizações sociais, mais fortes serão as premissas estabelecidas para a formação de capital social estruturado em redes. Distinções acentuadas no nível educacional, econômico, *status* social, na política partidária, podem exercer um poder anticíclico em relação ao comportamento em rede devido às suas características divisionárias. Constatou-se que, quanto menos diferenças existirem, mais possibilidades ter-se-ão da formação de capital social na localidade. Diferenças acentuadas no contexto comunitário estudado poderiam contribuir para a formação de um “capital social negativo”, desagregador, não-cooperativo.

Todavia, encontra-se presente na comunidade uma característica que poderia ser divisional: a questão político-partidária. Contudo, este fator não causou nenhum impacto negativo ou impeditivo à atuação em rede. Dos entrevistados, 75% afirmaram que suas preferências político-partidárias não devem afetar o trabalho na comunidade.

Diante desse cenário, foi possível observar que características sociais e econômicas semelhantes, acompanhadas de um razoável nível de sociabilidade entre os membros da comunidade estão contribuindo para o processo de formação das redes e de capital social na localidade. A disponibilidade, em nível satisfatório, segundo a pesquisa, dos serviços públicos parece que também auxilia nesse processo.

Os serviços analisados são, principalmente, das áreas de saúde, educação e transporte, essenciais ao bem-estar de uma comunidade carente, principalmente. Esta análise considera como parâmetro que, quanto melhor a disponibilidade dos serviços à comunidade, mais probabilidade de formação de capital social. A teoria sinaliza e a observação empírica, neste caso, indica que há formação de capital social, de maneira mais intensa, em ambientes sociais com níveis de disponibilidade dos serviços essenciais mais bem distribuídos. Em Campo do Brito, houve, nos últimos anos, uma relativa melhoria geral nas condições de acessibilidade aos serviços públicos.

Problemas relacionados à acessibilidade aos serviços públicos podem causar dificuldades à formação de redes, organizações sociais e, conseqüentemente, à formação de capital social. Dificuldades de acesso a esses tipos de serviço estabelecem diferenças relacionadas à renda, *status* social, filiação político-partidária, dentre outros, que podem desmobilizar as pessoas para a atuação em rede e formação de capital social.

Assim, é possível afirmar que o poder público da localidade desempenha um importante papel neste contexto ao fazer chegar às camadas de menor renda um nível de acesso aos serviços públicos, considerado satisfatório, embora muito ainda precise ser feito.

9.4 – Confiança e Cooperação

Confiança e cooperação são alguns dos atributos que estão contidos no chamado capital social cognitivo. Este tipo de capital resulta de processos psicológicos reforçados pela cultura e ideologia de um grupo, envolvendo normas sociais, valores, atitudes e crenças que, conseqüentemente, guardam relação com a transmissão do conhecimento coletivamente. A confiança, cooperação e a solidariedade juntas,

num mesmo ambiente social, favorecem a formação de capital social e facilitam a predisposição para um comportamento comunitário e confiável.

Os laços de solidariedade podem promover a cooperação entre os diversos membros da comunidade e, inclusive, entre pessoas de comunidades diferentes. A solidariedade não se pode restringir unicamente ao aspecto de necessidade financeira, por exemplo, mas, sim, aos vários aspectos contidos no seu conceito, tais como: sociais, culturais, morais, religiosos etc., os quais permeiam as relações entre famílias, vizinhos, pessoas pertencentes a um mesmo grupo ou grupos diferentes e instituições sociais que, ao transitarem num ambiente solidário, tornam-se facilitadores da cooperação coletiva. Dos entrevistados, 75% responderam que as pessoas da comunidade estão sempre dispostas a ajudar umas às outras.

Com base nos resultados deste estudo, é possível afirmar que o nível de relacionamento solidário entre as pessoas da comunidade e as organizações sociais está refletindo-se com mais ênfase no nível de formação de capital social, em função, dentre outras coisas, de fortes relações sociais e laços de confiança. O fato de estarem sempre participando de atividades sociais, religiosas, festivas e familiares deve estar fortalecendo o sentimento de solidariedade e confiança.

Embora os conceitos de confiança e cooperação não sejam de fácil mensuração, em face de se encontrarem alicerçados em premissas fortemente subjetivas, de difícil tangibilidade, observou-se que existe um elevado grau de confiança na comunidade: 81,2% dos pesquisados responderam que o grau de confiança entre eles é alto ou muito alto. O mesmo percentual respondeu positivamente sobre a necessidade de se manter atento em relação à possibilidade de alguém (não pertencente ao grupo) querer tirar vantagem do outro na comunidade. Essas percepções podem mudar no decorrer do tempo, mas o processo de formação de capital social fundamenta-se nessas relações, as quais estabelecem obrigações e expectativas recíprocas, além de estimularem manutenção de um elevado grau de confiança no longo prazo.

Outro item da pesquisa indagou se é possível confiar na maioria das pessoas, ou é sempre bom ter

cuidado nas relações com outras pessoas. Resultado: 87,5% responderam que é sempre bom ter cuidado nas relações. A inferência em relação ao item que tratou do grau de confiança entre os membros da comunidade, cujo índice de resposta positiva foi de 81,2%, é de que o elevado nível de confiança está restrito aos membros da cooperativa, os quais mantêm ligações afetivas e sociais há muito tempo.

Nota-se, dessa forma, que há uma correlação positiva entre grau de confiança, cooperação e possível formação de capital social. Assim, quanto mais elevado o grau de confiança, mais cooperação e mais probabilidade de formação de capital social na localidade. É o círculo virtuoso de Putnam. Deduz-se, entretanto, que o inverso também é verdadeiro.

Este nível de confiança é mais acentuado entre os membros pertencentes a um mesmo grupo social ou familiar, cujo grau de afinidade beneficia o fortalecimento das relações de confiança. A chamada confiança relacional familiar tende a ser mais vigorosa entre seus membros. Dos 81,2% dos pesquisados que responderam que o grau de confiança entre eles é alto ou muito alto, 70% estão neste segmento de confiança relacional.

Quanto à confiança no ato de emprestar dinheiro, 75% dos pesquisados responderam que concordam em parte com a questão de as pessoas geralmente não confiarem umas nas outras em relação a emprestar e tomar dinheiro emprestado. Nota-se que, no quesito de confiança monetária, há uma retração no percentual de confiança, independente do tipo de relação. No geral, 81,2% dos entrevistados responderam que, nos últimos cinco anos, o grau de confiança melhorou no âmbito do ambiente da Coofama.

Desejos e comportamentos individuais estão presentes na comunidade, contudo não têm causado impactos nas relações comunitárias e cooperativas no caso estudado. “A gente quer o melhor pra nossas famílias, mas a gente precisa se juntar pra conseguir que todos sejam beneficiados. Sem união a gente fica fraco”, afirma Paulo Santos Conceição, tesoureiro da Coofama.

Denota-se que a confiança e a cooperação permeiam as relações da comunidade, todavia, o

grau de confiança, neste caso, está muito ligado aos laços relacionais de um mesmo grupo social ou familiar, principalmente. Acrescente-se, ainda, que o grau de confiança aumenta em função do tempo de relacionamento entre eles.

Independente do tipo de confiança, é possível afirmar que, neste caso específico, o grau de confiança existente está sendo fundamental para o desenvolvimento do trabalho cooperativo que vem sendo realizado e o respectivo processo de formação de capital social na comunidade. “O bem-estar de uma nação, assim como sua capacidade de competir no mercado internacional está condicionada a uma única e abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade”, afirma Fukuyama (1995, p. 21).

9.5 – Melhoria da Renda

Não é possível falar-se em desenvolvimento sustentável se não houver melhoria efetiva no nível de renda na comunidade. A elevação da renda possibilita a melhoria das condições de vida dos membros de uma localidade e viabiliza o processo social de mudança comportamental, imprescindível num projeto de desenvolvimento sustentável.

Num modelo econômico concentrador de renda, falar em desenvolvimento sustentável sem rediscutir a desconcentração é semelhante à situação de se combater a febre sem buscar discutir suas causas. A concentração de renda, além de ser inibidora da melhoria da qualidade de vida, é um empecilho ao modelo econômico pautado no desenvolvimento sustentável.

O entendimento clássico de desenvolvimento sustentável transita pela ideia de se buscar agir no presente pensando no futuro, fato que requer um nível de conscientização da população que só é possível de ser atingido quando suas necessidades básicas são satisfeitas. Essa satisfação é materializada com o aumento efetivo da renda familiar, uma vez que conscientização social não se consolida num ambiente comunitário de insatisfação do atendimento das condições elementares da existência humana.

Neste cenário, detectar a possibilidade de formação de capital social e associá-lo à melhoria da renda na

comunidade estudada foi um desafio que a pesquisa não foi capaz de perceber neste momento, seja pelo curto espaço de tempo de funcionamento da cooperativa, seja pela falta de foco e determinação dos parceiros na implementação de ações que possam viabilizar essa melhoria num espaço de tempo menor.

Importante registrar, neste momento, a falta de rigor e precisão na elaboração do diagnóstico nos quesitos de renda familiar, condições de vida, produção e produtividade no âmbito da Coofama. Os dados encontrados no diagnóstico, realizado em 2005, não são específicos da cooperativa, tampouco tecnicamente rigorosos. Este fato dificulta uma análise comparativa mais rica do ponto de vista econômico-estatístico no decorrer do período de 2005 a 2009.

A pesquisa indica que a lógica comercial predominante da atividade ainda não mudou: a venda continua concentrada na figura do atravessador, principal comprador da farinha de mandioca de todo o município. Como a cooperativa ainda não é capaz de comercializar toda a produção dos cooperados, o mecanismo atual de obtenção de renda é misto: 75% através dos atravessadores e 25% por meio da Coofama. Resolver esta situação continua sendo o maior desafio da cooperativa, afirmam seus diretores.

A produção média dos cooperados oscila em torno de 55 toneladas de farinha por semana, uma média de duas toneladas por casa de farinha, segundo levantamento proveniente da pesquisa. Cada tonelada de mandioca produz, em média, 300 kg de farinha, vendida ao atravessador a R\$ 1,0/kg, em média, com uma margem de lucro para o produtor de 35%, aproximadamente. Considerando-se que o preço para o consumidor final, em Aracaju, por exemplo, oscila em torno de R\$ 2,50/kg, percebe-se onde está concentrado o lucro do negócio.

Não houve, no período de 2005 a 2009, mudança substancial na faixa de renda familiar média/mês dos produtores, que, em geral, continua oscilando por volta de dois salários mínimos. Acessoriamente, a depender do mês, conseguem melhorar um pouco sua renda mensal, mas ainda não é significativa, tampouco constante.

Embora tenha ocorrido um aumento da produção, no período analisado, superior a 100%, passando de 25 toneladas por semana para 55, aproximadamente, não houve impacto substancial desse aumento da produção na elevação da renda em decorrência do fato de os cooperados ainda não terem conseguido superar a lógica da relação comercial predominante.

Houve, todavia, uma melhoria no nível de consumo de alguns bens duráveis, com destaques para os principais eletrodomésticos e motocicletas. Em face de esse levantamento não ter sido feito em 2005, não foi possível medir essa variação no nível de aquisição desses bens de forma mais rigorosa estatisticamente. Outra questão em que a pesquisa indicou melhoria, mas não foi possível indicar quanto, em função da ausência deste dado no diagnóstico, diz respeito às condições de moradia. O diagnóstico sinalizou que havia problemas, pois existiam na comunidade casas de taipa, mas não há registros do percentual em relação ao universo dos produtores de farinha ou, mais especificamente, no ambiente dos cooperados da Coofama. No momento, não há mais casas de taipa entre os cooperados da Coofama: 100% são de tijolos.

Buscando superar este desafio de melhoria da renda, várias ações estão sendo implementadas pela cooperativa visando à solução do principal obstáculo, qual seja, concentração da venda da farinha através dos atravessadores. Depreende-se, a partir do estudo realizado, que a questão da melhoria da renda será uma conquista de médio/longo prazo. Sabe-se que uma melhoria substancial no nível de renda de uma sociedade, comunidade ou grupo social é uma meta alcançada, muitas vezes, num espaço de tempo geracional. É uma conquista social que pode durar até a próxima geração.

No caso específico da Coofama, houve melhorias nas condições de vida dos cooperados, de uma maneira geral, mas insuficiente para podermos afirmar que houve melhoria efetiva da renda. O salto na renda ainda não foi possível detectar no ambiente da Coofama. Contudo, considerando a situação atual registrada pela pesquisa e as iniciativas em andamento, é possível inferir que os cooperados poderão atingir este objetivo num horizonte temporal não muito longínquo.

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar demonstrar a relação existente entre capital social e desenvolvimento local, com auxílio do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), no município de Campo do Brito, mas, especificamente, no âmbito da Coofama, foi o objetivo deste estudo de caso. Assim, foi necessário explorar, mesmo que não profundamente, o conceito de capital social e os alicerces que lhe dão sustentação, tais como parceria, redes, cooperação e confiança, importantes no processo de formação e acumulação de capital social numa comunidade.

Observa-se, neste contexto, que o fator socioeconômico tem tido pouca influência no processo de mudança social em andamento na comunidade. Mesmo com uma parcela considerável de membros com baixo nível educacional formal, que, em tese, poderia dificultar o acesso a informação e limitar a realização das ações coletivas, o resultado observado revela que este fator não está sendo determinante para inviabilizar o trabalho.

É possível inferir que o envolvimento e o comprometimento dos atores sociais, em especial do líder comunitário, que busca conciliar interesses pessoais e institucionais, ou entre ambos, estão sendo importantes para impulsionar o processo de formação de capital social em Campo do Brito. A adequada condução da convergência desses interesses tem conquistado o respeito de todos os atores sociais em relação ao reconhecimento da importância do papel desempenhado pelo líder na comunidade.

Percebe-se que o Programa DRS vem auxiliando neste processo de formação de capital social, em face do apoio à execução, acompanhamento das ações e do reconhecimento da comunidade. A busca pela disseminação da informação e a presença de mecanismos democráticos de participação propostos pelo Programa têm auxiliado a despertar o interesse pela prática da ação coletiva, como, por exemplo: elaboração do diagnóstico, plano de ação, compartilhamento de responsabilidades etc.

Ficou evidenciado que, neste momento, não há um envolvimento efetivo por parte da Prefeitura Municipal, mas esta situação não tem desmobilizado nem desmotivado os membros da cooperativa. Pelo contrário, está havendo um desejo e um efetivo interesse de participação. Recentemente, dois novos produtores associaram-se e novos interessados têm procurado à cooperativa para obterem informações sobre o trabalho associativo. Esta situação pode ampliar o debate em torno dos benefícios das ações coletivas, assim como despertar novos interesses pela relevância do trabalho cooperativo nos mais céticos e indiferentes, facilitando a perspectiva de novos compromissos por parte de outros membros da comunidade.

O estudo também mostra que as ações descentralizadas, decorrentes da proposta de trabalho da cooperativa, têm facilitado o processo de formação de capital social na comunidade. Com a adoção de políticas centralizadas e autoritárias, muito provavelmente, o resultado não seria o mesmo e poderia criar um ambiente de rejeição ao trabalho coletivo. As correlações entre causa e efeito dos diversos fatores (cooperação, confiança, rede etc.) que dão sustentação ao conceito de capital social e seu processo de formação na prática são perceptíveis nesta experiência social.

No ambiente da Coofama, existem evidências de interação e atuação em rede entre pessoas e instituições, propiciando a formação de capital social e a perspectiva de efetividade de desenvolvimento da localidade no futuro. A experiência social analisada está assentada sobre condições relacionais favoráveis, consequência do elevado grau de confiança, da mobilização comunitária e do trabalho coletivo e cooperativo que vem sendo realizado pelos atores sociais envolvidos.

Outro importante fator diz respeito ao contexto cívico da comunidade, em se tratando do modo de funcionamento das instituições, formas de tomadas de decisão, objetivos coletivamente compartilhados, os quais convergem para a busca do bem comum. Percebe-se, ainda, que, entre os membros da cooperativa há uma presença de espírito cívico nas relações sociais cujos valores de honestidade,

confiança e disposição cooperativa encontram-se presentes no ambiente comunitário.

Desenvolvimento sustentável materializa-se com investimentos econômicos, sociais, maximização das potencialidades locais, desenvolvimento de tecnologias (principalmente as sociais) e melhoria das condições de vida da comunidade, primordialmente. Em Campo do Brito, segundo a pesquisa, há ainda um longo caminho a percorrer, mas, se a comunidade continuar focada nos seus objetivos e mantiver a mobilização coletiva atual, possivelmente, consolidará este cenário nos próximos anos.

Desse modo, é possível inferir que a Coofama vem-se apresentando como uma experiência de formação de capital social positiva e poderá impulsionar, num futuro não muito longínquo, o desenvolvimento da localidade, com reflexos efetivos na melhoria da renda e das condições de vida da comunidade. Quanto maior a capacidade de formação de capital social numa comunidade, certamente, maior será a capacidade de impulsionar o desenvolvimento sustentável numa localidade. O inverso também é verdadeiro.

As evidências decorrentes desta pesquisa permitem afirmar que existe, na localidade, um processo de formação de capital social que, muito provavelmente, refletirá no seu desenvolvimento sustentável futuramente. Novos avanços sociais e econômicos precisam ser concretizados e verificados numa pesquisa futura para confirmar, ou não, essa sinalização.

ABSTRACT

The present paper aims to study the correlation between social capital and sustainable development, based through the experience of the Cooperative of Producers of Cassava Flour of the city of Campo do Brito (SE), known as Coofama that through the presence of social capital and the aid of Banco do Brasil's Sustainable Regional Development Program (SRD) has initiated a process of social change in the community. Academic contributions on social capital and sustainable development are analyzed, seeking to support the conclusions derived from empirical data collected.

KEY WORDS

Local Development. Social Capital. Regional Sustainable Development. Confidence. Cooperation.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

_____. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em ciências sociais. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v 16, n. 2, p 35-64, nov. 2004.

_____. A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável. In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2., 1998, São Luiz. **Anais...** São Luiz, 1998. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/contag16.pdf>>. Acesso em: 2010.

ABU-EL-HAJ, J. **A mobilização de capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará**. São Paulo: Anablume, 1999.

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 16, v. 1, p. 221-241, 1995.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Revista Debates**, v. 1, p. 69-84, 2005.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, 1980.

BOWLES, S.; GINTIS, H. Social capital and community governance. **Economic Journal**, n. 112, p. 419-436, 2000.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DE FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. São Paulo: Instituto de Política. Millennium, 2001.

_____. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: SILVEIRA, C. M.; DA COSTA REIS, L. (Org.). **Desenvolvimento local, dinâmicas e estratégias**. Brasília, DF: Rede DLIS/RITS, 2000.

DURSTON, J.; MIRANDA, F. **Experiencias y metodología de la investigación participativa**. Santiago: CEPAL, 2002. (Serie Políticas Sociales).

ETZIONI, A. Is bowling together sociologically lite?. **Contemporary Sociology**, v. 30, n. 3, p. 223-224, maio 2001.

FERNANDES, A. S. A. A comunidade cívica em Walzer e Putnam. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 51, p. 71-96, 2000.

FERRE, Z. **Capital social y redes: una aproximación al apoyo inter-hogares**. Montevideú: Universidad de la República, 2004.

FREY, K. Capital social, comunidade e democracia. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 21, p. 175-187, abr. 2003.

FUKUYAMA, F. **Social capital and civil society**. [S.l.]: International Monetary Fund, 2000. (IMF Working Paper WP, n. 74). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2000/wp0074.pdf>>. Acesso em: 2010.

_____. **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**. Nueva York: Free Press, 1995.

GROOTAERT, C. et al. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)**. Washington, DC: Banco Mundial, 2003.

GROOTAERT, C.; VAN BASTELAER, T. **The role of social capital in development: an empirical assessment.** New York: Cambridge University Press, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 2010.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLE, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

IBGE. Cidades 2008/2009. [S.l.], [2009?]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 2010.

KERBAUY, M. T. M.; PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. **Perspectivas-Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20-21, p. 295-313, 1997/1998.

MATOS, H. Capital social, internet e TV: controvérsias. **Organicom**, São Paulo, ano 5, n. 8, p. 25-35, 1º Sem. 2008.

MELO, R. L. de.; HANSEN, D. L. **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões.** São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

MONASTERIO, L. M. **Capital social e crescimento econômico: mecanismos.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, p. 866-880, nov. 2000. Número especial.

NORTH, D. **Institutions, institutional change, and economic performance.** New York: Cambridge University, 1990.

OECD. **The well being of nations: the role of human and social capital.** Paris: Center for Educational Research and Innovation, 2001.

OLSON JUNIOR. **The rise and decline of the nations.** New Haven: Yale University, 1982.

ONU-HABITAT. **O estado das cidades do mundo 2010-2011.** In: FÓRUM URBANO MUNDIAL: O DIREITO À

CIDADE – UNINDO O URBANO DIVIDIDO, 5., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org>>. Acesso em: 2010.

PASE, H. L. **Capital social e empoderamento.** In: SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

PEREIRA, S. P. Os elementos intangíveis do desenvolvimento local. In: MELO, R. L. de; HANSEN, D. L. (Org.). **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões.** São Cristóvão: Editora UFS, 2007.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano.** [S.l.], 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 2010.

PUTNAM, R. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

_____. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, n. 13, p. 35-42, Spring 1993.

RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social.** São Paulo: ABDL, 2002. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/rattner/inicio.htm>>. Acesso em: 2010.

SANTOS, F. F. S. dos. **Capital social: vários conceitos, um só problema.** 2003. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano. **Sergipe em dados.** [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.seplan.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=164>>. Acesso em: 2010.

UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Ed.). **Social capital: a multifaceted perspective**. Washington, DC: World Bank, 2000.

UPHOFF, N.; WIJAYARATNA, C. M. **Benefícios demonstrados del capital social**: la productividad de las organizaciones campesinas de Gal Oya, Sri Lanka. [S.l.: s.n.], [20--]. Original en Inglés publicado en *World Development*, v. 28, n. 11, nov. 2000.

USLANER, E. M. The civic engagement and the internet. In: WORKSHOP ON ELETRONIC DEMOCRACY: MOILIZATION, ORGANIATION AND PARTICIPATION VIA NEW ICTS, 2000, [S.I.]. **Proceedings...** [S.I.]: University of Grenoble, 2000.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: implications for development theory, research, and policy. **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.

WORLD BANK. **O desafio da inclusão**. Hong Kong, 1997. Discurso de James Wolfensohn perante a Junta de Governadores. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/extdr/extme/speech.htm>>. Acesso em: 2010.

_____. **The initiative on defining, monitoring and measuring social capital**: overview and program description: social capital initiative. Washington, DC, (Working Paper, n. 1), 1998.

_____. **The Well-being of nations**: the role of human and social capital. [S.I.]: Centre for Educational Research and Innovation, 2001. Disponível em: <<http://www.worldbank.com>>. Acesso em: 2010.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento local**: trajetórias e desafios no Brasil. Recife: IADH, 2006a.

_____. **Estratégias de desenvolvimento local**. São Paulo: Coordenadoria de Assistência Técnica do Governo do Estado de São Paulo, 2006b. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br>>. Acesso em: 2010.

Recebido para publicação em 03.06.2010

